



PECUÁRIA TRADICIONAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL: UM OLHAR SOBRE O CASO DO 3º DISTRITO DE PINHEIRO MACHADO-RS

Lucas Moretz-Sohn David Vieira

Hector dos Santos Facco

Amabile Tolio Boessio

Marco Antonio Verardi Fialho

Resumo

O presente artigo analisa a atividade pecuária tradicional (predominante), a formação atual dos estabelecimentos rurais e suas implicações para o desenvolvimento local no município de Pinheiro Machado, sobretudo no 3º distrito. O estudo também analisa a importância do direcionamento de políticas públicas para o fortalecimento do desenvolvimento local, considerando que esta região não vem recebendo este suporte para a agricultura e pecuária familiar, por entender que predominam as grandes propriedades na região. Ao utilizar de um aporte teórico diversificado (com contribuições da antropologia e sociologia), realizando um estudo de caso qualitativo, com viés antropológico, adotamos como metodologia a pesquisa exploratória. Realizamos entrevista aberta e coletiva, com as famílias entrevistadas. Ao final, pudemos considerar a importância significativa da pecuária tradicional para o desenvolvimento local, que vem sendo trabalhado pelas famílias originárias da própria região do município, e que possuem menor poder aquisitivo. Assim como, percebe-se a necessidade de investimento em políticas públicas e em assistência técnica e extensão rural, para o fortalecimento dos pecuaristas locais.

Palavras-chave: Pecuária familiar. Tradição. Políticas públicas.

1 INTRODUÇÃO

A importância de estudar as especificidades das atividades agropecuárias no município de Pinheiro Machado, localizado na região Sudeste (conhecida também como região da Campanha) do Rio Grande do Sul (próximo de Pelotas e Bagé) – na microrregião da Serra do Sudeste-, justifica-se por se encontrar em uma região do Estado que apresenta baixa rentabilidade neste setor, apesar de ter na pecuária extensiva a sua manutenção econômica, social e cultural; bem como uma trajetória histórica. Outra peculiaridade dessa região, é a atividade pecuária realizada em campo nativo.

De acordo com Batista, Silveira e Alves (2005), a Metade Sul do RS, até o século XIX, era a mais rica do Estado, em detrimento da pecuária extensiva, da produção de charque oriunda desta, e da presença do porto de Rio Grande, que permitia fazer o escoamento (e exportação) da produção. Conforme os mesmos autores, a partir do século XX, a Metade Norte do estado, que tinha pouca expressão econômica, começa a receber os imigrantes europeus, e isto acaba culminando para a maior industrialização da região, assim



como da obtenção de um mercado consumidor com maior poder aquisitivo, pela proximidade com os principais portos e do mercado internacional.

Como destaca Ribeiro (2003), a Metade Sul do estado é vista hoje com preconceito, pois há uma crença de que só existem grandes propriedades rurais neste local, embora as propriedades com até 100 hectares sejam maioria (mais de 70%), e por isso, acarreta no não direcionamento das políticas públicas que esses pecuaristas familiares têm direito e acabam por não ter acesso. Observamos ainda, a deficiência dos serviços de assistência técnica e extensão rural, que estão intimamente ligados às dificuldades enfrentadas pela pecuária tradicional, e conseqüentemente, do desenvolvimento local. Ainda sobre as referidas localidades, estas se situam na estrada que leva a Torrinhas, outra localidade do município.

Nesta perspectiva, como apontam Grisa, Schneider e Conterato. (2014), os governos federal e estaduais possuem programas e políticas que visam promover a segurança alimentar e nutricional, a redução da pobreza e a inclusão socioprodutiva do meio rural, por meio do incentivo da produção para o autoconsumo dos estabelecimentos rurais familiares; e, considerando o grau de pobreza presente na região, a implementação destas políticas são fundamentais para esta realidade. Com isto, algumas problemáticas foram levantadas: o que pode implicar a implantação de novos sistemas de produção para a manutenção econômica, social e cultural, que historicamente foi sendo conduzida nessa região? Quais seriam as alternativas viáveis para a manutenção e preservação dessa tradição, de modo que garanta o desenvolvimento regional/local e que dê garantias para as famílias de se sustentarem e permanecerem no meio rural? Qual a importância de políticas públicas e dos serviços de assistência técnica e extensão rural para as famílias permanecerem no campo?

Sendo assim, o presente artigo objetivou analisar como vem sendo exercida a atividade pecuária tradicional (predominante), bem como a formação atual dos estabelecimentos rurais – e suas implicações para o desenvolvimento local no município de Pinheiro Machado, sobretudo no 3º distrito. Neste sentido, complementando o objetivo geral da pesquisa, observamos em especial; a vinculação das famílias com a região; buscamos entender a dinâmica dos sistemas de produção adotados pelas famílias; conferir se o sistema de produção é o mesmo que historicamente foi adotado na realidade do município; saber se as famílias têm acesso às políticas públicas e aos serviços de assistência técnica e extensão rural; e por fim, verificar a importância dessas políticas para o desenvolvimento rural e a manutenção dessas famílias no campo.



2 TRAJETO METODOLÓGICO E CARACTERIZAÇÃO DO LÓCUS

Para o desenvolvimento desta pesquisa, atendendo ao objetivo geral, foi realizado um estudo de caso de cunho qualitativo, sendo esta, uma pesquisa exploratória de modo a proporcionar uma aproximação dos fenômenos sociais, com vistas a promover um aprofundamento em estudos posteriores (GIL, 2008). A pesquisa de campo foi realizada nas localidades de Espinilho e de Porongos, que compõe o 3º Distrito de Pinheiro Machado, onde se localizam as três famílias de pecuaristas que entrevistamos. Os questionamentos que nortearam as entrevistas visavam conhecer a história daquelas famílias na região, como se integravam social e culturalmente, e como realizavam as atividades produtivas.

Para a realização da pesquisa empírica, contamos com um reunião em que estiveram presentes: o técnico da EMATER-RS (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Governo do Rio Grande do Sul), representante da ADAC (Associação para o Desenvolvimento Sustentável do Alto Camaquã), Assessor Técnico Pedagógico responsável pela região e representante do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra) na região. O intuito da reunião foi o de conhecer previamente as características da região, bem como suas peculiaridades. Sobre as propriedades e a o perfil das famílias, de um modo geral, nos foi informado que os bovinos e ovinos estavam presentes em praticamente todas as propriedades, que basicamente se trabalhava com pecuária familiar; somados à produção de hortaliças e alguma lavoura, para a complementação da atividade principal. Sobre as famílias, em média, os membros possuem 60 anos de idade (com a informação de que 60% da população rural são compostas por este público), o que, em consonância com os dados do IBGE, mostra um considerável envelhecimento do campo e consequente êxodo rural.

Na saída para o campo, às visitas aos produtores foram realizadas na 3ª Zona/Distrito do município, sendo realizadas entrevistas abertas (e coletivas) junto às famílias, e as anotações eram feitas em um caderno de campo.

Por conseguinte, por termos como suporte teórico/metodológico a antropologia e a sociologia, caracterizamos aqui o que Geertz (1998, p. 4) diz sobre os etnógrafos, considerando que estes precisam “[...] estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário, e assim por diante”. Ainda que o período que ficamos no campo tenha sido curto, foi rico e positivo, pois de acordo com o mesmo autor: “[...] somente pequenos voos de raciocínio tendem a ser efetivos em antropologia, voos mais longos tendem a se perder em sonhos lógicos, em



embrutecimentos acadêmicos com simetria formal.”(Ibidem, p. 17). Além disso, para a discussão que será apresentada com base nas visitas realizadas, não é o objetivo fazer um ‘voo longo’, tampouco gerar esse ‘embrutecimento acadêmico’, mas não deixar de fazer o contínuo cruzamento de referências, com as ideias que forem sendo levantadas e as observações feitas; pois foi assim que a sociologia ganhou respaldo, como ciência, conforme apontaram Elias e Scotson (2006).

Como adotamos o estudo de caso, não vamos também cair no erro de achar que esta pode ser uma realidade comum a todas as sociedades rurais, nem mesmo no próprio estado do Rio Grande do Sul, como afirma novamente Geertz (1998), embora as considerações de Elias (2000, p. 20) também sejam importantes para esta reflexão, quando diz que:

O uso de uma pequena unidade social como foco da investigação de problemas igualmente encontráveis numa grande variedade de unidades sociais, maiores e mais diferenciadas, possibilita a exploração desses problemas com uma minúncia considerável [...].

Ou seja, mesmo que as afirmações de Geertz (1998) possam estar corretas, Norbert Elias nos mostra que há problemas que podem sim ser encontrados em uma pequena unidade social, que estejam presentes também em unidades sociais maiores.

Conforme as observações feitas durante a pesquisa de campo, foram selecionadas três famílias, em que a escolha consistiu nos seguintes critérios: a vinculação dessas famílias com a região (se são originárias dali, ou não), a dinâmica dos sistemas de produção adotados pelas famílias e se a atividade produtiva que exercem hoje tem vinculação (ou não) com a atividade produtiva que historicamente esteve presente na região (com suas representações culturais e de tradição). Assim como o acesso das famílias as políticas públicas e aos serviços de assistência técnica e extensão rural e a importância desses para o desenvolvimento local e a manutenção dessas famílias no campo.

Entendendo que o conceito de desenvolvimento local, na perspectiva de Barth e Brose (2002, p. 26), “ultrapassa os limites da divisão urbana *versus* rural e permite trabalhar com base em um continuum de ordens de grandeza de aglomeração populacional [...]”. Conforme os mesmos autores, o rural não deve ser sinônimo de agrícola, mas de uma baixa densidade populacional e de estreita vinculação produtiva e espacial com o seu meio. E também é importante mencionar a perspectiva do desenvolvimento territorial, levantada por Theis (2008), onde o define como um processo atrelado a condutas hábitos e valores, sejam individuais ou coletivos, mantidos por relações de poder que envolvem indivíduos, grupos e



classes sociais, situados em dado espaço geográfico concreto, como é o caso do 3º distrito de Pinheiro Machado-RS. Feitas essas considerações, importantes para as discussões que serão levantadas posteriormente, temos então as famílias que entrevistamos e analisamos:

3 ENTENDENDO AS FAMÍLIAS PECUARISTAS DO TERCEIRO DISTRITO

3.1 FAMÍLIA DE ESPINILHO

A primeira família foi um casal de aposentados que vive na localidade de Espinilho, originários dali mesmo, numa casa muito simples e relativamente pequena, diferente dos padrões das casas da região da Campanha (pé direito alto – a três metros do chão -, cômodos grandes). Porém, havia a presença de utensílios domésticos que garantiam certo conforto e lazer ao casal, tais como, geladeira (faz apenas seis anos que possuem energia elétrica em casa e até pouco tempo, charqueavam carne de ovelha para fazer carreteiro), a televisão, o rádio, etc. Foi-nos relatado que antigamente não se preocupavam com essas coisas, não tinham com que gastar, e que a vida parecia ser melhor.

Uma importante observação foi o receio inicial que o marido apresentou ao nos ser apresentado pela esposa (que foi quem, primeiramente nos recebeu), com uma entonação de voz nervosa, pois queria saber o que de fato queríamos com aquela visita inesperada. Podemos dizer que criou certa expectativa (neste aspecto, de desconfiança) com relação a nossa presença, pela emoção transmitida pela voz e o movimento que fez com o corpo (foi sentando devagar, enquanto nos escutava e se ‘acalmava’, ao ver que nossa intenção não era ruim); como posto por Mauss (2003). Foi justamente desta família que obtivemos as informações mais detalhadas a respeito da região, que ainda não tínhamos, e que no cruzamento com o referencial teórico que pesquisamos após a visita, confirmou o que foi dito.

O senhor de Espinilho nos disse o quanto aquela região empobreceu, as propriedades foram diminuindo (antigamente realmente os estabelecimentos eram grandes, as chamadas Estâncias) pelas sucessivas fragmentações decorrentes das distribuições por herança. Hoje, a localidade apresenta reduzido dinamismo social e econômico, devido ao êxodo dos jovens e a permanência de pessoas idosas, que permanecem na região pela qualidade de vida que o campo oferece; mas com diminuição das atividades produtivas devido às limitações das condições físicas, repercutindo, inclusive, na paisagem da região.



Por essa família foi utilizado o exemplo da própria filha (casada e mãe de um casal de filhos), que vive na cidade de Pinheiro Machado, trabalhando em imobiliária, mas que para conseguir se formar, teve que fazer o curso superior fora, sendo outra realidade no município; o pouco acesso da população ao ensino (além do básico), por realmente não ter opção. O próprio pecuarista familiar nos afirmou que não estudou, mas ainda assim, com todo o conhecimento da realidade que nos proporcionou, fez valer a afirmação de Kuper (2002), que cultura não está ligada somente às artes, à mídia ou ao sistema educacional, mas que é um sistema simbólico; podendo ser confirmada a sua cultura através da pesada carga de 'costumes' que nos transmitiu oralmente. Em consonância com Thompson (1998), sendo isto que lhe 'restou' por não ter tido acesso a educação (em nível escolar), e ainda assim, mesmo sem acesso a muitos direitos que o mesmo sabia que tinha, este senhor acreditava que viviam bem, com o pouco que possuíam e com a aposentadoria que recebiam do governo; sendo essa 'seguridade social' podendo ser confirmada pelos estudos de Delgado e Cardoso Jr (2004, p. 295):

Nesse contexto, a previdência rural universal para idosos e inválidos, ainda que tardia, cumpre uma função de proteção social moderna, que é essencial à sociedade democrática. Permite, ainda, no espaço privado familiar, uma revalorização das pessoas de idade que, ao acessarem a renda de aposentadoria, obtêm uma espécie de salvaguarda de subsistência familiar, invertendo o papel social de assistidos para o de assistentes, no contexto da estratégia de sobrevivência das famílias pobres.

Sobre sua propriedade, o senhor nos disse que ela foi adquirida na herança de seu pai, e que este possuía muitas terras, mas que foram divididas entre os filhos (seus irmãos) depois que o pai faleceu. Ficaram para ele 130 hectares de terra, onde, juntamente com sua esposa, criam em campo nativo os animais que possuem, uma vez ou outra precisam plantar pastagem para alimentarem os pouco mais de setenta cabeças de gado, e as duzentas e poucas ovelhas; seguindo o casal uma tendência histórica regional, que é a pecuária extensiva, fazendo uso quase que exclusivamente do campo nativo, predominante na região. O casal também possui algumas galinhas para consumo próprio, e cachorros (sem raça definida), que acompanham o senhor na saída para o campo, e tomam conta da propriedade. No passado, chegaram a cultivar algumas culturas alimentícias na propriedade, mas foi somente para o autoconsumo da família.

Uma informação curiosa, é que somente na atualidade a lã de ovelha ganhou notoriedade, antigamente se conseguia pouca renda com isto. Ainda sobre as ovelhas, o



senhor nos relatou com muito pesar os roubos que vêm acontecendo na região, embora isto não tenha os afetado da mesma forma que os cachorros da vizinhança vêm fazendo em seu rebanho, atacando e abatendo alguns animais. Ainda sobre a realidade local, o pecuarista nos afirmou que as propriedades vêm sendo vendidas e/ou arrendadas para as grandes empresas de eucalipto (como a Votorantim), assim como uma antiga grande Estância que tinha na região (Fazenda Guarda Velha), pertence hoje a uma indústria de oliveiras, sendo reduzida a 40 hectares de terra – a sede. Outra informação que nos foi passada, era a de que o poder público praticamente não aparece na localidade, assim como os órgãos responsáveis pela assistência técnica, como a EMATER, por exemplo.

Observamos que o dinheiro tá chegando à região, assim como a tecnologia, mas somente quem tem acesso são as pessoas que possuem outros tipos de renda (que não a aposentadoria), como por exemplo, uma família que veio da região metropolitana do estado, que é a terceira família a ser aqui analisada. Sobre esta última menção do senhor, esta seria uma abordagem dos meios de vida, que procura entender os motivos pelos quais um agricultor não acessa os recursos (ou mesmo as políticas públicas), mesmo estes estando disponíveis (PERONDI, 2014).

Neste sentido, outro aspecto interessante na fala deste senhor foi o uso de diminutivos à medida que nos passava todas essas informações, como posto por Holanda (1995, p. 147): “[...] serve para nos familiarizar mais com as pessoas ou os objetos e, ao mesmo tempo, para lhes dar relevo”. Por já serem aposentados, o casal não fez expectativas para o futuro, e mesmo vivendo de forma muito simples e com poucos recursos, podemos considerar que eles estão em situação de equilíbrio social, pois de acordo com o estudo de Cândido (2001), as necessidades que possuem estão sendo supridas. O que não os faz deixar de serem pobres, pelo baixo capital humano que possuem e o inadequado acesso a educação, que são também indicadores de pobreza (PERONDI, 2014).

3.2 FAMÍLIA DE PORONGOS

A segunda família, que fomos visitar no nosso primeiro dia no campo, também era composta por um casal de aposentados e mais o pai da esposa (que hoje vive numa cama em seu quarto, com dificuldades para andar), também são originários do município de Pinheiro Machado e estão sitiados na localidade de Porongos. A casa que vivem já tem



mais o perfil das casas da campanha, conforme a esposa do casal nos relatou e pelo que pudemos observar, com os cômodos amplos, e o teto alto.

Ainda que sejam muito simples, tem um poder aquisitivo muito melhor que da primeira família, uma vez que tiveram mais oportunidades que o primeiro casal (tendo mais estudo), e o fato da esposa desta família ser filha única, fez com que fosse a única herdeira da propriedade e pertences de seus pais (ainda que seu pai esteja vivo, mas não cuida mais dos afazeres na propriedade pela avançada idade). No nosso segundo dia no campo (dia 03/11/2016) que conseguimos conversar com o casal, já que no primeiro dia a esposa estava sozinha em casa, com seu pai acamado.

Praticamente o marido que cuida da criação de bovinos que a família possui (a esposa hoje já não ajuda muito, por problemas de saúde e nem mesmo ser muito íntima das lidas do campo) – acompanhado sempre de dois cães da raça Beagle – e o filho mais velho do casal, que mora na cidade de Pinheiro Machado, auxilia o pai quando pode, pois possui seu próprio comércio. Paralelo a isto, a senhora nos informou que o filho morou 15 anos em Porto Alegre – tempo que acabava auxiliando mais na propriedade dos pais que hoje. Foi-nos relatado que ele não se adaptou muito a morar na cidade grande e retornou para o interior; hoje é casado, e embora dedique grande parte do tempo para o seu empreendimento na cidade, sonha em dedicar mais tempo à propriedade. O casal ainda tem mais duas filhas (e uma neta), casadas, que moram na cidade de Bagé e praticamente todo final de semana vão com a família visitá-los.

No início da nossa conversa, após nos apresentarmos, o marido nos falou da importância de ter solidariedade com o próximo (quando nos ofereceu um copo d'água), usando como exemplo a visita que fez a família originária da região metropolitana do estado (nosso terceiro caso) – e que tinha certa empatia por eles – e a primeira coisa que lhes ofereceram, foi um copo d'água. Schneider (1978), citando Tarcisio Padilha, afirmou que isto é um comportamento típico do brasileiro, onde defendeu a hipótese que essa solidariedade com o próximo se deu pelas dificuldades de convívio que tivemos no processo de colonização do nosso país, assim como da forma dispersa que ocorreram essas ocupações, fazendo com que as pessoas se ajudassem mais.

Conforme o mesmo autor, isto se justifica também pelo processo de incorporação dos negros africanos à vida familiar dos grandes proprietários de terra, e que submissos a estes, procuravam agradar. São dois argumentos plausíveis, primeiro, justamente por ser uma região do estado que apresenta no seu histórico grande dispersão populacional, e



segundo, conforme Maestri (1988), por esta mesma região (principalmente os municípios de Rio Grande e Pelotas) ter sido a primeira a receber grande contingente de africanos escravizados no Sul do país.

Quando começaram a nos falar do histórico da localidade, novamente tivemos a confirmação de que é uma região cuja atividade pecuária (de ovinos e bovinos) sempre foi predominante. A esposa nos falou ainda de como o distrito vem sofrendo com o êxodo rural e que tem muitas terras ao redor deles que estão à venda, complementando ainda que outras terras já foram vendidas ou arrendadas para a indústria do eucalipto (o que já tinham nos dito a primeira família), e ainda concluiu dizendo sobre o estrago que causa para o campo o plantio dessa árvore.

Sobre a propriedade deles, o casal nos disse que já criaram ovelha e gado ao mesmo tempo (sendo mais ou menos parêlo a quantidade de ambos), chegando a ter 600 animais da primeira espécie, mas isso já faz mais de 30 anos, atualmente dedicam-se somente à criação dos bovinos. As justificativas para isto permearam o fato de gastarem muito com contratação de mão de obra (a esposa nos disse que chegaram a ter 10 funcionários, e lembrando-se da sua mãe sempre servindo almoço para eles), que as leis trabalhistas começaram a dificultar, que a ovelha é um animal que exige maior cuidado, relataram o problema do roubo (ainda presente como nos afirmou o casal do Espinilho), e por fim, a criação era constantemente atacada e abatida pelos sorros – animais silvestres típicos das regiões úmidas do Sul de nosso país, como é o caso de Pinheiro Machado, que segundo as leis ambientais não podem ser mortos.

Esta desistência da criação de ovinos pode ser entendida pelo viés dos estudos psicológicos em sociologia, que Schneider (1978) abordou, pois para compreender o motivo que levou a desistência (fator psicológico), é preciso termos informações sobre os fatos que ocorreram (fator histórico) e as circunstâncias – quantas vezes ocorreram (fator estatístico).

Hoje em dia, como já mencionado, eles não tem funcionário fixo na propriedade e as pessoas que são boas de serviço na localidade, conforme nos informou o marido do casal, costumam ir trabalhar no município de Bagé, por ter mais oportunidades, melhores empregos e condições de serviço. Mesmo assim, de acordo com o filho deles, duas vezes no mês contam com a mão de obra de um vizinho próximo, pagando a ele pelo tempo de serviço (meio dia). Sobre os animais, hoje eles possuem 290 vacas (com peso médio de 350 kg/cada), 49 novilhas – até dois anos (com peso médio de 210 kg/cada), 50 novilhas – até



um ano (com peso médio de 140 kg/cada) e 128 novilhos (entre dois e cinco anos) – com 83 deles pesando em média 450 kg/cada, e os outros 45, pesando em média 200 kg/cada.

O preço de venda desses animais é de R\$ 4,70/kg (média) as fêmeas, e R\$ 5,30/kg (média) os machos, onde em 2015 venderam - por essa faixa de preço - 22 vacas e 20 terneiro, mas conforme nos disse a esposa, segundo ordens do seu pai (a quem o casal acata e respeita todas as decisões, mesmo sendo um senhor que não cuida mais da propriedade), eles estão preocupados apenas que a criação dê lucro para a família, não muito com a quantidade do lucro. Sobre esta última situação, podemos tirar uma conclusão sobre: dão muita importância às ideias, hábitos e costumes que o membro mais velho da família lhes transmitiu, sua tradição (GINSBERG, 1966).

Estavam satisfeitos com a oportunidade de alimentar os animais com o campo nativo, fazendo pouco uso de ração, sal mineral (em pedra) ou outro tipo de pastagem; sendo que a primeira vez que deram ração para os terneiros, ocorreu no ano retrasado, em 2015 (quando foi preciso fazer esse reforço), onde também fizeram o semeio (a lanço) de azevem em 14 hectares de piquete, efetuando a roçada após atingirem o tamanho desejado, e disponibilizando para os animais.

Em um espaço de tempo relativamente curto (de maio de um ano – 2015 - a março do outro - 2016), contando com predominantemente a pastagem nativa, eles conseguem fazer com que o rebanho inverne (o mesmo que engordar) satisfatoriamente, não utilizando de adubo para restauração do campo. Os animais pastoreiam nos 600 hectares de terra que a família possui, mas desses, somente conseguem fazer a roçada no campo em torno de 400 hectares, por conta dos terrenos nessa região serem pedregosos e declivosos. Ainda sobre a roçada, eles disseram que contratam mão de obra terceirizada quando precisam fazê-la, pagando R\$ 80/hora de serviço ao funcionário contratado, com rendimento de um hectare/hora.

Um momento que despertou nossa curiosidade foi quando a esposa falou da dificuldade deles terem o próprio maquinário para fazer esse manejo no campo (pela necessidade da constante manutenção, o que torna muito caro), dizendo que seu pai não quis mecanizar a propriedade, e que seu filho desejava ter um trator, parecendo que tinha desistido da ideia; quando o próprio disse que ainda queria comprá-lo, gesticulando a mão e imprimindo emoção na voz, mostrando os 'sinais' da expectativa de que falara Holanda (1995), ou mesmo o uso de parte do corpo para demonstrar essa emoção sentida, conforme Geertz (2001).



Na lida com o campo, eles trabalham em média 10 horas/dia, durante todo o ano, considerando que trabalham mais em uns períodos (como no verão), e em outros menos (como no inverno). E novamente foi nos reafirmado pela esposa do casal, que a região onde vivem está vazia, com poucas pessoas morando, e esse é um dos motivos aos quais (pelo que percebemos) acabam optando por não consumirem a carne dos próprios animais que criam (comprando na cidade, quando precisam), uma vez que não tem como vender ou mesmo trocar por outros produtos com os vizinhos (como faziam antigamente); aparecendo novamente o exemplo da cordialidade do homem brasileiro, no convívio do meio rural, conforme Schneider (1978) apresentou.

E também como Cândido (2001) evidenciou, ao analisar os modos de vida dos caipiras do Rio Bonito, e suas reciprocidades e sociabilidades, na troca de alimentos. E com isto, é importante pensarmos na revalorização do autoconsumo, justamente para valorizar essa sociabilidade, os saberes culturais, a segurança alimentar e nutricional, e, sobretudo, a redução da pobreza rural (GRISA et al., 2014).

Sobre o futuro, eles não fazem planos, a esposa disse que seu pai não quer comprar mais campo, pela idade, e o marido falou que eles vão fazendo à medida que as coisas vão acontecendo. Em relação a isto, eles fazem do meio que vivem e se sustentam, como um *projeto* humano, conforme aponta Candido (2001) novamente, pois são projetados de acordo com suas necessidades e se planejam baseando-se nelas. E já no final de nossa conversa, o marido do casal nos disse, com certo saudosismo, da lembrança que tinha dos tempos que era tropeiro, sendo uma tradição que era muito presente nessa região, como um costume que a comunidade adotava (não somente um hábito individual), de acordo com Ginsberg (1966); e essa tradição hoje é transmitida/perpetuada mais oralmente, conforme fez este senhor, com sua narrativa exemplar.

E mesmo em condições de vida melhores que o casal de Espinilho, a família de Porongos pareceu se preocupar em manter vivas as tradições da região, como a própria criação pecuária em pasto nativo. E ainda que não tenha mais o costume de andar em tropa, o marido do casal mantém o hábito de camperear (percorrer os campos a cavalo para verificar os rebanhos). Isto também fazia o senhor de Espinilho, até como forma de conhecer a região, antigamente.

3.3 FAMÍLIA DA REGIÃO METROPOLITANA DO ESTADO



A terceira e última família desta pesquisa, não é originária do município de Pinheiro Machado, mas de uma cidade na região metropolitana do RS, e nos relataram que haviam mudado a pouco mais de um ano para a propriedade na localidade de Porongos, sendo que já tinham adquirido-a fazia mais de três anos; onde a casa tinha o mesmo perfil adotado na Campanha, e que apenas reformaram. A família era composta por um casal, que possuem duas filhas e um filho.

Antes mesmo de falar da propriedade, fizemos a primeira visita a família no nosso segundo dia no campo, estabelecendo esse primeiro contato, para depois termos voltado, e adquirido as informações mais detalhadas, que aconteceu em outro dia. Sobre o sistema produtivo dessa propriedade, assim como das outras duas famílias, também é vinculado à criação de gado em campo nativo. Mas diferentemente das outras duas, por ser uma família ainda mais capitalizada, já possui um grande comércio na cidade de origem, seguem outra lógica de produção/criação: compram gado para engorda.

Sendo assim, nos 634 hectares que possuem, eles utilizam 434 hectares para o pastoreio em campo nativo (fazendo o melhoramento da pastagem e adubando com fósforo, quando preciso) e plantam aveia e azevém nos outros 200 hectares (um reforço para a alimentação dos animais no inverno). Contam ainda com funcionários de carteira assinada para auxiliarem o pai da família nos afazeres da criação de gado (a mãe cuida mais da casa e dos filhos). Possuem ainda maquinários e implementos agrícolas que são utilizados para a adubação da pastagem, plantio de aveia e azevém, a capina química (com roundup) e o melhoramento do campo nativo.

Sobre os animais, compram um rebanho de 700 vacas com três anos de idade/cada (não compram na fase de terneira, pois demora crescer e vender), duas vezes por ano, chegando com 400 kg (em média) e o preço girando em R\$ 4,70/kg, e depois de 3 meses engordando, são vendidas com 500 kg (em média), pelo preço de R\$ 5,30/kg. E ainda conseguem vender na entressafra (quando tem menos oferta), com o preço girando em torno de R\$ 6,30/kg.

Como é originário da metade Norte do estado – que possui certo preconceito com a metade Sul, como destacou Ribeiro (2003), o pecuarista fez uma crítica depreciativa aos pecuaristas e agricultores originários de Pinheiro Machado, chamando-os de preguiçosos, pela forma que lidam com o campo: focando mais no manejo tradicional, pois não estão preocupados (e nem tem maiores condições) em obter expressivo capital. E pela forma que agiu este pecuarista, podemos dizer que ele estigmatizou os demais pecuaristas, conforme



nos mostrou Goffman (1998); ou seja, atribuiu a eles uma característica profundamente depreciativa, de acordo com a forma que agiam.

Sendo assim, diferente da relação entre estabelecidos (originários) e *outsiders* (não originários) evidenciada por Elias (2000) em sua pesquisa, nessa região são os estabelecidos que vem sofrendo um processo de estigmatização, ficando vulneráveis pela concorrência desleal de mercado com os *outsiders*, ainda que os primeiros não tenham esse intuito baseados na tradição da sociabilidade e reciprocidade que cultivam há anos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sobre o 3º Distrito de Pinheiro Machado, observamos que, de forma geral e como exemplificada nas três famílias que trouxemos aqui, não possui mais como antigamente propriedades com grandes extensões de terra. Pois a maior propriedade que encontramos (e que não foi comentada), possuía uma área de 1000 hectares, cujo dono era um senhor aposentado da empresa Votorantim, e que se aventurava no cultivo da soja (o único naquela região) em quase a totalidade da área, tendo ainda um rebanho de 80 ovelhas, que ficava sob a responsabilidade do seu campeiro - que era contratado -, e que era destinado mais para o autoconsumo. Fora isto, as demais propriedades que vimos, além das que eram destinadas para a pecuária, possuem maior tendência para o cultivo agrícola e silvícola: como a viticultura (destinada predominantemente para a produção de vinho) – que também não fora mencionada –, o cultivo das oliveiras, o cultivo da soja (como já falamos) e, principalmente, as grandes plantações de eucalipto, que ainda vem servindo de habitat para os javalis, e que também atacam o rebanho de ovinos.

Essas propriedades agrícolas e silvícolas - além da propriedade do pecuarista da região metropolitana - são altamente dependentes, na concepção de Castro (2004), pois não dependem somente de forças naturais e sobrenaturais e/ou apenas de suas próprias forças e de seus familiares mais próximos, mas sim, ficam reféns das forças que não são próprias e que podem abandoná-los a qualquer momento: como de pessoas próximas, inclusive, e das tecnologias que hoje têm disponíveis. Além do mais, estas mesmas propriedades (em longo prazo), podem acabar ocasionando na perda total dos modos de vida e culturas locais, nas relações de reciprocidade e sociabilidade que já foram mais utilizadas antigamente, como a troca da produção agrícola entre os vizinhos, que justificava



e fortalecia a produção para o autoconsumo, como já destacamos a importância deste para a redução da pobreza no campo, conforme Grisa, Schneider e Conterato (2014).

Assim, os pecuaristas tradicionais locais (que fazem pouco uso de tecnologia e mão de obra contratada) ficam ainda mais desestimulados e sem muita expectativa para o futuro, já que geralmente são os aposentados que dedicam maior tempo a essas propriedades e que continuam permanecendo no campo, pois os mais jovens estão indo embora. O poder público tem grande responsabilidade nesta história, por equivocadamente não destinar políticas que possam estimular a permanência desses (as) pecuaristas tradicionais no campo - por ainda acreditarem ser uma região de grandes estabelecimentos rurais, como destacou Ribeiro (2003).

E, em nossa concepção, são esses pecuaristas tradicionais, que também já se preocuparam em fazer cultivo de alimentos para o autoconsumo, com suas criações de animais e promovendo cultivos mais alternativos e menos nocivos ao ambiente, suficientes para atenderem a demanda de alimentos da população regional, que podem realmente contribuir como a 'alternativa' viável para o desenvolvimento local e territorial/regional; sendo estimulado também o retorno das pessoas ao campo, e com seus habitantes voltando a exercer a solidariedade outrora existente, com a cultura e os meios de vida mantendo-se presente. Tendo a consciência, conforme afirmou Thompson (1998, p. 23), de que "nunca retornaremos à natureza humana pré-capitalista; mas lembrar como eram seus códigos, expectativas e necessidades alternativas pode renovar nossa percepção da gama de possibilidades implícita no ser humano".

Por fim, para isso acontecer, são propostas por Ellis (2000 apud Perondi, 2014) diretrizes de políticas que apoiem a diversificação dos meios de vida na zona rural, tais como: i) políticas que privilegiem determinados grupos sociais e respeitem suas especificidades, como é o caso dos pecuaristas tradicionais locais; ii) políticas que busque a segurança na lida do trabalho no campo; iii) disponibilidade de microcrédito; iv) aumentar o número de emprego no setor de serviços do meio rural; v) estímulo dos empreendimentos não agrícolas no meio rural; vi) fortalecimento das vilas rurais e da infraestrutura das cidades pequenas cidades, como é o caso de Pinheiro Machado; e, vii) investimento na educação - sendo que este fator contribui consideravelmente para a não fixação dos jovens no campo, e nem mesmo na área urbana do município, que não tem nem um curso de graduação sequer.



Para, além disso, faz-se importante a atuação da EMATER-RS na assistência técnica para estas famílias menos capitalizadas, uma vez que sequer aparecem nos estabelecimentos rurais nessa zona do município, conforme observamos ao entrevistar os pecuaristas, sendo inclusive motivo de reclamação de uma delas. Assim, percebe-se a necessidade de investimento em políticas públicas e em assistência técnica e extensão rural, para o fortalecimento dos pecuaristas locais, uma vez que não fazendo isto, estarão contribuindo para o esvaziamento do campo, o avanço dos grandes latifúndios e as consequências negativas que podem acarretar (social, política, econômica e cultural) para a região.

5 Referências

BATISTA, I. M.; SILVEIRA, V.C.P.; ALVES, F. M. As desigualdades regionais no Rio Grande do Sul e o setor agropecuário: uma análise econômica. In: I CONGRESSO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E AGRICULTURA FAMILIAR, São Luiz Gonzaga, 2005. **Anais...** Disponível em: <<http://coral.ufsm.br/extrural/vicentepp/arquivospdf/Anais%20CIDRAF-Inajara.pdf>>. Acesso em 28 dez. 2016.

CÂNDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a formação dos seus meios de vida. Ed. 34. São Paulo: Duas Cidades, 2001.

CASTRO, E. G. As formas ocultas da dependência no âmbito rural. In: **Agroecologia**: conquistando a soberania alimentar. Organizado por João Carlos Canuto e José Antônio Costabeber. - Porto Alegre: Emater/RS-Ascar; Pelotas: Embrapa Clima Temperado, 2004. p. 44-53.

DELGADO, G. C.; CARDOSO JR, J. C. O idoso e a previdência rural no Brasil: a experiência recente da universalização. In: CASTRO, A. A, organizador. **Novos idosos brasileiros**. Muito além dos 60? Rio de Janeiro. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2004. p. 293-319.

ELIAS, N. **Escritos & ensaios 1** - Estado, processo, opinião pública. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

ELIAS, N; SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1998.

_____. **Nova luz sobre a antropologia**. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.



GINSBERG, M. **Psicologia da Sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1988.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S.; CONTERATO, M. A. O autoconsumo nos estabelecimentos rurais brasileiros: importância e distintas propostas de mensuração. In: **Pesquisa em desenvolvimento rural**: aportes teóricos e proposições metodológicas. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2014. p. 227 – 242.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. 26 ED. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KUPER, A. Cultura, diferença, identidade. In:_____. **Cultura**: a visão dos antropólogos. Tradução Mirtes Frange de Oliveira Pinheiros. Bauru: EDUSC, 2002. p. 287-311.
MAESTRI, M. **A servidão negra no Brasil**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

MAUSS, M. **Sociologia e antropologia**. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Cosac & Naify, 2003. Título original: Sociologie et anthropologie.

PERONDI, M. A. A teoria das capacitações nos estudos sobre os meios de vida e desenvolvimento rural. In: **Pesquisa em desenvolvimento rural**: aportes teóricos e proposições metodológicas. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2014. p. 95 – 115.

RIBEIRO, C. M. Pecuária Familiar na Região da Campanha do Rio Grande do Sul. In: EMATER - Rio Grande do Sul / ASCAR. **Pecuária familiar**. Série Realidade Rural, 34. Porto Alegre, 2003. p. 11-46.

SCHNEIDER, E. **Psicologia social**: Cultural, histórica, política. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Dois, 1978.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**..São Paulo: Companhia das Letras. 1998.